

ANÁLISE DAS TAXAS DOS FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PRATICADAS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO DISTRITO FEDERAL

Guilherme Rodrigues Borges¹

Jorge de Souza Bispo²

RESUMO

Com o crescente aumento de empreendedores no Brasil, muitas empresas no início de suas atividades têm que buscar formas de captar recursos para que possam desenvolver e ampliar as suas atividades. Muitos estabelecimentos ao iniciarem suas atividades não conseguem uma longevidade superior a um ano. O alto custo de financiamento afeta diretamente o resultado da empresa por aumentar o seu custo de capital. Uma das formas de se obter esses recursos é por meio de capital de terceiros. Este trabalho apresenta como objetivo geral analisar as taxas dos financiamentos bancários para as micro e pequenas empresas praticadas pelas instituições financeiras no Distrito Federal. Foram considerados três tipos de financiamentos bancários. A questão de pesquisa a ser respondida foi: quais são as taxas dos financiamentos bancários Conta Garantida, Capital de Giro e Desconto de Duplicatas para micro e pequenas empresas praticadas pelas instituições financeiras no Distrito Federal? A plataforma teórica baseou-se nos conceitos de MPE, custo de capital, custo de financiamento, taxas de Juros e *spreads* bancários. A metodologia usada foi a abordagem bibliográfica, por buscar conhecer o referencial teórico sobre custo de capital e financiamentos; exploratória, por investigar as taxas de financiamentos praticadas pelas instituições financeiras para as micro e pequenas empresas; e, empírica, por efetuar uma pesquisa de campo entre as sete principais instituições financeiras existentes no Distrito Federal. Como conclusões, verificou-se que para os três tipos de financiamentos, a Caixa Econômica Federal pratica as menores taxas médias anuais. Bradesco, Itaú e BRB são as instituições que praticam as maiores taxas de *spreads* anuais. A CEF, dentre as instituições financeiras pesquisadas, pratica as menores taxas de *spreads* para os três tipos de financiamentos bancários. O *spread* praticado pelo BRB para Conta Garantida representa 6,24 vezes a Taxa Meta Selic enquanto o da CEF 3,07 vezes; para Capital de Giro, o *spread* praticado pelo Itaú representa 5,32 vezes enquanto o da CEF representa 2,33 vezes e, para Desconto de Duplicatas, o *spread* praticado pelo BRB representa 6,34 vezes enquanto o da CEF representa 1,14 vezes. O trabalho mostrou outros principais fatores que os bancos levam em consideração no momento da negociação, como credibilidade, existência de funcionamento, em média acima de um ano, mostrar consistência de valor de faturamento, ter o seu cadastro sempre atualizado e possuir liquidez nas suas operações.

Palavras-chave: Financiamento bancário. Micro e pequenas empresas. Distrito Federal.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, verifica-se que as empresas, muitas vezes, possuem uma curta durabilidade. Segundo IBGE, apud Veja (2009), "... quatro em cada dez novas empresas fecham as portas após dois anos de existência". Nesse sentido, a Agência Legislativa da Indústria (2009) concluiu que "o custo elevado do financiamento no Brasil é um dos fatores que limita o crescimento da economia e aumenta a desvantagem competitiva das empresas nacionais". Para as micro e pequenas empresas essa é uma

¹ Graduação em Ciências Contábeis, UNICEUB, Brasília, DF.

² Doutor em Contabilidade e Controladoria, Professor UNICEUB, Brasília, DF.

questão ainda mais significativa, pois essas não possuem elevado poder de barganha junto ao Sistema Bancário.

O alto custo de financiamento afeta diretamente o resultado da empresa, bem como aumenta o seu custo de capital, fazendo com que a empresa tenha que ser mais exigente com a escolha de seus projetos, pois esses devem apresentar um retorno superior ao seu custo médio ponderado de capital.

Na análise de viabilidade desses projetos é importante para as empresas obterem recursos financeiros com as menores taxas possíveis, sendo imprescindível a realização de pesquisas de mercado com o objetivo de verificar as taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras para cada tipo de financiamento, que comporá o seu custo total.

A fim de verificar o comportamento dos custos dos financiamentos, a questão a ser respondida por este trabalho é: quais são as taxas dos financiamentos bancários Conta Garantida, Capital de Giro e Desconto de Duplicatas para micro e pequenas empresas praticadas pelas instituições financeiras no Distrito Federal?

Inicialmente, o presente trabalho apresenta o objetivo geral com uma visão global, sistêmica e abrangente do tema. Em seqüência, como caminhos para alcançar o objetivo geral, segundo Martins (2000), são delineados os objetivos específicos.

Nesse sentido, o presente artigo apresenta como objetivo geral analisar as taxas dos financiamentos bancários para as micro e pequenas empresas praticadas pelas instituições financeiras no Distrito Federal. O direcionamento do foco da análise para as micro e pequenas empresas deve-se ao fato de que o número desse tipo de empresa tem aumentado muito nos últimos anos no Distrito Federal. Segundo o Portal do Desenvolvimento, no ano de 2011, existiam em torno de 73.462 micro e pequenas empresas no DF.

Como meios de alcançar o objetivo geral o trabalho apresenta como objetivos específicos:

- Pesquisar as taxas praticadas pelas instituições financeiras;
- Analisar os tipos de financiamentos disponíveis para as empresas foco do trabalho;
- Comparar as taxas entre os produtos e as instituições financeiras.

Para o meio empresarial, especialmente micro e pequenos empresários, este trabalho torna-se importante ao apresentar as taxas praticadas pelas principais instituições financeiras no Distrito

Federal. Existirá uma fonte de comparação das taxas praticadas pelas instituições financeiras sobre as principais operações de financiamentos disponíveis para esses tipos de empresas.

O trabalho contribuirá para as micro e pequenas empresas do Distrito Federal em suas decisões de financiamento, e, também, servirá como fonte de estudo para interessados no assunto e referência para pesquisas acadêmicas que poderão se utilizar deste trabalho.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: a Introdução, onde consta uma breve contextualização sobre o tema, a questão de pesquisa a ser respondida, o objetivo e as justificativas. Após, tem-se o Referencial Teórico onde serão abordados os conceitos teóricos relativos a Custo de Financiamento, Custo de Capital e Sistema Bancário. Em seguida, apresentam-se os métodos utilizados para a pesquisa. Na quarta parte, serão realizadas as análises dos dados coletados. Por fim, são apresentadas as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O custo de financiamento apresenta forte impacto direto sobre o resultado da empresa, bem como aumenta o seu custo de capital, fazendo com que a empresa tenha que ser mais exigente com a escolha de seus projetos, pois esses devem ter um retorno superior ao seu custo médio ponderado de capital. A questão será analisada com base na legislação vigente em relação às normas bancárias. Para isso, será feita uma breve revisão teórica sobre cada tema.

Neste capítulo procura-se abordar alguns conceitos e teorias que estão relacionados ao tema sobre taxas de financiamentos bancários e custo de capital, com o objetivo de melhorar a sua compreensão. Serão apresentados os principais conceitos, dentro da visão e da dimensão pesquisada, sobre o que é micro e pequena empresa, viabilidade de projetos e retorno de investimento, custo de capital e custo de financiamento, sistema bancário, englobando os conceitos sobre taxa Selic, taxas de juros, spreads bancários e os principais e mais comuns tipos de financiamentos bancários disponíveis às micro e pequenas empresas.

2.1. Micro e Pequenas Empresas - MPE

O foco deste trabalho são as taxas de juros de financiamentos praticadas pelas principais instituições financeiras do Distrito Federal para as micro e pequenas - MPE. Nesse sentido, deve-se primeiramente responder: o que vem a ser MPE? Observa-se a existência de várias definições diferentes, conforme a necessidade da área que está utilizando. Torna-se salutar apresentar algumas definições.

A definição mais comum, e mais utilizada, para este tipo de empresa é a que está na Lei Geral para Micro e Pequenas Empresas, promulgada em dezembro de 2006. De acordo com essa Lei, as micro empresas são as que possuem um faturamento anual de, no máximo, R\$ 240 mil por ano. Na mesma lei, as pequenas empresas são definidas como aquelas que possuem faturamento entre R\$ 240.000,01 e R\$ 2,4 milhões anuais.

Por outro lado, o Sebrae (2012) considera como micro empresa, as que empregam até nove pessoas no caso do comércio e serviços, ou até 19, no caso dos setores industrial ou de construção. Já as pequenas são definidas como as que empregam de 10 a 49 pessoas, no caso de comércio e serviços, e 20 a 99 pessoas, no caso de indústria e empresas de construção.

Já órgãos federais, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), possuem outros parâmetros para a concessão de créditos. Nessa instituição de fomento, classifica-se como microempresa aquela que deve ter receita bruta anual de até R\$ 1,2 milhão e as pequenas empresas, as que possuem receita bruta superior a R\$ 1,2 milhão e inferior a R\$ 10,5 milhões.

2.2. Viabilidade de Projetos e Retorno de Investimento

Um dos principais objetivos dos empresários e acionistas ao investirem em uma empresa é a rentabilidade, ou seja, o retorno que essas empresas podem obter pelo capital investido.

Segundo Gitman (2003):

Retorno é o ganho ou perda total obtida sobre um investimento em um dado período. Há duas formas possíveis de retorno. A mais comum é o fluxo de caixa recebido de um investimento durante um dado período. Esse fluxo de caixa é o lucro corrente recebido na forma de lucros, dividendos ou juros. A segunda forma de retorno é a mudança no valor de investimento. Uma mudança positiva no valor durante um dado período costuma ser chamada de ganho de capital. Uma mudança negativa no valor é uma perda de capital". (GITMAN, 2003, p. 128).

Nesse aspecto, considera-se um projeto como aceitável aquele que possui uma taxa de retorno superior ao custo médio ponderado de capital. A existência de um projeto ou de uma carteira de projetos aceitáveis faz com que as empresas adotem posturas expansionistas, buscando novas alternativas de investimentos.

Para que um projeto seja viável é necessário entender quais os elementos que afetam essa viabilidade. Um desses principais componentes é o custo de capital, que é a taxa mínima de retorno que uma empresa deve ganhar sobre os projetos nos quais investe, para manter o valor de mercado de suas ações. Pode também ser considerada como a taxa de retorno exigida pelos fornecedores de capital do mercado, a fim de atrair seus recursos para a empresa. Se o risco for constante, os projetos com taxa de retorno abaixo do custo de capital diminuirão o valor da empresa. (GITMAN, 2003, p. 128).

2.3. Custo de Capital

O capital total à disposição da empresa corresponde à soma do capital próprio (patrimônio líquido, ou seja, o que pertence aos proprietários da empresa) com o capital de terceiros (dívidas ou obrigações, correspondente às exigibilidades da empresa).

Pode-se definir como custo de capital o preço que a empresa paga pelos fundos obtidos junto às suas fontes de capital. Ele constitui o padrão para a tomada de decisões de investimento à medida que, aplicando recursos com o retorno superior ao custo de capital, a empresa acha-se no caminho da maximização dos resultados para os que nela investem. É por isso que o custo de capital também pode ser definido como sendo a taxa mínima que os projetos de investimentos devem oferecer como retorno ao capital investido (SANVICENTE, 1997).

Os recursos de terceiros são originados principalmente do mercado financeiro, por intermédio de empréstimos e financiamentos. Existem também determinados passivos, normalmente de curto prazo, que têm sua origem fora do sistema financeiro, tais como crédito concedido por fornecedores, impostos a recolher, e que são denominados de passivos de funcionamento (ASSAF NETO, 2000). Esses passivos representam a composição do custo de capital de terceiros.

Pode-se calcular o custo de capital de uma empresa por meio do método da média dos custos de cada fonte, ponderada pela participação relativa de cada uma dessas fontes na estrutura financeira da empresa. Esse custo é obtido por uma média das taxas de custo das diversas modalidades usadas,

após o Imposto sobre a Renda, ponderada pela participação relativa das várias modalidades no total, o que se denomina de estrutura financeira da empresa (SANVICENTE, 1997).

O custo de capital deve ser o menor possível, pois afeta a lucratividade da empresa, que é um dos principais objetivos da atividade empresarial. Segundo Assaf Neto (2000):

... se o retorno do investimento superar o custo de capital, é possível concluir-se que a empresa encontra-se bem em sua meta econômica de maximizar a rentabilidade de suas decisões de investimentos ... tanto melhor será o desempenho econômico da empresa quanto mais alto se situar o diferencial das taxas (retorno do investimento menos custo de capital). (ASSAF NETO, 2010, p. 39).

Neste trabalho não será abordado o Custo de Capital próprio. Quanto ao custo de capital de terceiros, também não será abordado os passivos de funcionamento. O trabalho se concentrará nos recursos de terceiros provenientes do mercado financeiro, e mesmo assim, aos itens relativos às taxas e formas de financiamento mais comuns utilizadas pelas MPE: Capital de Giro, Desconto de Duplicatas e Conta Garantida.

2.4. Custo de Financiamento

Segundo a Agência Legislativa da Indústria (2009), “o custo elevado do financiamento no Brasil é um dos fatores que limita o crescimento da economia e aumenta a desvantagem competitiva das empresas nacionais”.

Para as MPE o custo do financiamento é um problema ainda maior visto que essas empresas possuem maiores dificuldades em encontrar financiamentos com um custo e prazo adequados devido ao seu maior risco.

Financiar uma empresa pode ser uma tarefa particularmente difícil nos tempos de hoje. Com a crise do setor financeiro, tornou-se cada vez mais difícil a obtenção de financiamentos junto ao sistema bancário e, quando se consegue, os *spreads* são tão altos que tornam inviáveis qualquer projeto, além das demais exigências de custo administrativo e burocrático (NOGUEIRA, 2012).

Uma alternativa de obtenção de financiamento para as empresas seria a utilização do Mercado de Capitais, por meio de uma abertura de capital ou emissão de debêntures. No entanto, essa

alternativa seria inadequada para as MPE, visto que os recursos necessários para essas empresas são pequenos e não tornariam viável a estruturação de operação no Mercado de Capitais, como a colocação de uma debênture ou a abertura de capital com o lançamento de ações. Sanvicente (1997) argumenta que, para que o investimento seja proveitoso,

o retorno sobre o capital próprio deve ser superior ao retorno sobre o ativo total, devido ao uso de capital de terceiros para financiar parte do ativo. Além disso, esse retorno do capital próprio deve ser superior ao custo que a empresa paga pelo uso de capital de terceiros obtido. (SANVICENTE1997, p. 94).

A satisfação dos proprietários é feita com a maximização da riqueza. Assim, para as empresas satisfazerem seus proprietários, uma das formas se dá pela maximização dos lucros, utilizando o princípio da alavancagem, definido por Sanvicente (1997) como:

... usar recursos a custo fixo (recursos de terceiros) para multiplicar o lucro do acionista. Evidentemente, o benefício varia com o nível relativo do custo do capital de terceiros, e a taxa de retorno que pode ser obtida sobre o ativo, ou seja, as operações como um todo. A situação ideal é aquela em que a distância entre esses dois índices, em favor da taxa de retorno, é a maior possível". (SANVICENTE, 1997, p. 94).

2.4.1 Sistema Bancário

No intuito de promover a concorrência entre as Instituições Financeiras e buscando a redução do spread bancário no país, o Banco Central do Brasil (Bacen) iniciou, em outubro de 1999, a divulgação das taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras nas operações de crédito realizadas com recursos livres. As informações são segregadas de acordo com tipo de encargo (prefixado, pósfixado, taxas flutuantes e índices de preços) e com a categoria do tomador (pessoas físicas e jurídicas).

Ao analisar as informações divulgadas pelo Bacen, verifica-se uma grande diferença nos preços praticados pelas diversas instituições financeiras, o que torna ainda mais importante a pesquisa de mercado pelas empresas, de forma a se obter o financiamento da forma mais vantajosa possível.

Diversos fatores como o prazo da operação, a clientela a quem se direciona o crédito e o financiamento desse encargo pelas instituições financeiras, explicam a variação observada nos valores apresentados (BACEN, 2012).

De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 192, o Sistema Financeiro Nacional – SFN - teria que ser regulado em lei complementar e proíbe, em seu § 3º, a cobrança de juros superiores a 12% a.a. Como até hoje ainda não houve uma regulamentação desse artigo e a existência de uma variedade de interpretações diferenciadas sobre o significado do parágrafo, na prática as instituições financeiras não possuem regulamentação em relação as taxas máximas de juros. O próprio mercado funciona como elemento moderador dos preços praticados.

No entanto, como existe uma concentração dos bancos (número reduzido de bancos, nível de concorrência muito baixo) e as empresas, principalmente as MPE, não possuem elevado poder de barganha, os clientes em geral ficam a mercê das taxas de juros cobradas pelas instituições, com percentuais muito mais elevados do que a taxa selic de juros, considerada como taxa de juros oficial.

2.4.2 Taxa de Juros, Taxa Selic e Spreads bancários

Ao tratar de custo de financiamento, torna-se recorrente conhecer um pouco sobre o sistema bancário brasileiro e a composição das taxas de juros praticadas pelo mercado. Logo, o presente artigo apresenta, de forma simplificada, os conceitos sobre taxas de juros, taxas selic e *spreads* bancários.

Neste artigo serão utilizadas e trabalhadas as taxas de juros dos principais bancos que atuam no Brasil. Antes, porém, torna-se necessário tecer alguns breves conceitos e definições sobre taxas de juros.

Gitman (2003, p. 63) apresenta a definição de taxa de juros como:

Taxa de Juros representa o custo de tomar dinheiro emprestado. É o nível de compensação que um tomador deve pagar ao fornecedor de fundos. Empresas que tomam empréstimos devem tentar usá-los de uma maneira que gere fluxos de caixa suficientes (depois de cobrir as despesas) para os pagamentos de juros e para terem ganhos.

Keynes, apud Garcia (2000, p. 92), afirmava que juro é o preço do equilíbrio entre o desejo de reter a riqueza em forma de dinheiro com a disponibilidade de moeda. Garcia (2000) complementa que o “juro é o quanto se paga a um determinado capital, a título de remuneração, pela sua disponibilização por certo período de tempo”. As operações bancárias giram em torno da concessão de crédito, tendo na taxa de juros a medida de seu preço.

As taxas de financiamento dependem do custo financeiro dos recursos. Securato *et al* (2005) afirmam que a Taxa Média Selic (TMS) é o grande balizador do mercado em termos de formação de taxas de juros e que o Banco Central do Brasil – Bacen, fixa regularmente a meta da TMS nas reuniões do Comitê de Política Monetária – COPOM.

Segundo o Bacen (2012), a taxa apurada no Selic é obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido sistema ou em câmaras de compensação e liquidação de ativos, na forma de operações compromissadas. Ressalta-se que estão aptas a realizar operações compromissadas, por um dia útil, fundamentalmente as instituições financeiras habilitadas, tais como bancos, caixas econômicas, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários (BACEN,2012).

A taxa Selic possui variação diária, entretanto está sempre atrelada à meta da Selic, que vem a ser a meta que o Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) define para a taxa em um determinado período.

Na tabela 01 são apresentadas as metas Selic para o período compreendido entre janeiro de 2010 a março de 2012.

A série apresentada neste trabalho da taxa Selic se inicia no ano de 2010, no patamar de 8,75% a.a, que foi o mínimo histórico da taxa no Brasil. A partir deste ponto, devido à instabilidade no Mercado Financeiro Mundial, voltou a subir, chegando ao seu ápice – 12,50% a.a. - no período de julho a agosto de 2011. Logo em seguida, observa-se o comportamento decrescente, chegando, na última reunião do Copom de 18 de abril de 2012, ao patamar de 9,00%, próximo ao seu mínimo histórico. Segundo especialistas, com a modificação das regras na poupança, a taxa Selic terá uma tendência de queda até o fim deste ano.

TABELA 1 - Taxas SELIC

Período de vigência	Meta Selic % a.a
28/01/2010 a 17/03/2010	8,75%
18/03/2010 a 28/04/2010	8,75%
29/04/2010 a 09/06/2010	9,50%
10/06/2010 a 21/07/2010	10,25%
22/07/2010 a 01/09/2010	10,75%
02/09/2010 a 20/10/2010	10,75%
21/10/2010 a 08/12/2010	10,75%



09/12/2010 a 19/01/2011	10,75%
20/01/2011 a 02/03/2011	11,25%
03/03/2011 a 20/04/2011	11,75%
21/04/2011 a 08/06/2011	12,00%
09/06/2011 a 20/07/2011	12,25%
21/07/2011 a 31/08/2011	12,50%
01/09/2011 a 19/10/2011	12,00%
20/10/2011 a 30/11/2011	11,50%
01/12/2011 a 18/01/2012	11,00%
19/01/2012 a 07/03/2012	10,50%
08/03/2012 a 18/04/2012	9,75%
19/04/2012 a ...	9,00%

Fonte: Sítio do Banco Central do Brasil
Elaboração: autor

Como as taxas de financiamento dependem dos custos financeiros dos recursos e têm como principal balizador a TMS, calculam-se também os *spreads* em relação a essa Taxa Selic, de forma a facilitar a comparação dos custos de financiamento ao longo do tempo.

Segundo Info Escola (2010), *spread* bancário nada mais é que a diferença entre a taxa que os bancos praticam na captação de recursos e a taxa que aplicam nos empréstimos concedidos.

O *spread* é calculado mediante o uso da seguinte equação:

$$Sp = \frac{(1 + Tx \text{ Emp.})}{(1 + TMS)} - 1 \quad (\text{Equação 01})$$

Em que:

Sp = Spread Bancário do produto;

Tx. Emp. = Taxa de Financiamento do Produto;

TMS = Taxa Média Selic do dia do Empréstimo, publicada pelo Bacen

2.4.3 Principais tipos de operações de crédito aplicáveis às MPE

As empresas possuem necessidades de recursos permanentes, de longo prazo, e de recursos sazonais, de curto prazo. Para se manter em equilíbrio financeiro, as empresas deveriam financiar suas necessidades variáveis com dívidas de curto prazo e as permanentes com recursos de longo prazo (Assaf Neto e Silva, 1997).

Segundo Assaf Neto e Silva (1997, p.26), “Em teoria, as taxas de juros de longo prazo são mais altas que as de curto prazo” e que a diferença entre as taxas seriam explicadas pelo risco presente no prazo do empréstimo.

Os produtos de financiamento bancários em estudo neste trabalho são os mais comuns ofertados pelo sistema bancário e utilizados pelas empresas e procuram refletir prazos de duração diferenciados para ver se a teoria se aplica ao Brasil. Os produtos e suas definições são: desconto de duplicatas, capital de giro e conta garantida.

Desconto de Duplicatas:

A operação de desconto de duplicatas caracteriza-se pela obtenção por parte de uma empresa de um banco comercial um empréstimo de recursos, cujo prazo é representado pela distância entre o momento em que a empresa recebe o valor efetivo emprestado, e o momento em que, na ausência da operação, deveria ter a sua disposição os fundos envolvidos. Esses fundos significam a materialização de créditos concedidos pela empresa aos seus clientes (SANVICENTE, 1997).

Ao vender a prazo, a empresa só receberá os recursos no prazo contratado, caso não se utilize da operação de desconto. Se tiver necessidade de recursos para o giro normal de suas atividades, o desconto pode ser considerado um adiantamento, bem como uma operação de empréstimo a curto prazo.

Segundo Fortuna (1996), “Normalmente, o desconto de duplicatas é feito sobre títulos com prazo máximo de 60 dias e prazo médio de 30 dias.”

Capital de Giro:

São os financiamentos fornecidos pelas instituições financeiras para as empresas investirem em ativos correntes ou circulantes, também denominados de capital de giro. Em geral, esses ativos compreendem os saldos mantidos por uma empresa nas contas Disponibilidades, Investimentos Temporários, Contas a Receber e Estoques de matérias-primas, mercadorias para venda, produção em andamento e produtos acabados (SANVICENTE, 1997).

Fortuna (1996, p. 124) informa que “plano de amortização é estabelecido de acordo com os interesses e necessidades das partes.” Nesse sentido, esses financiamentos possuem um prazo mais

elástico do que a modalidade de desconto de duplicatas, exigindo um menor grau de comprometimento dos recursos correntes das empresas.

Normalmente o financiamento de Capital de Giro é de curto prazo. Mas, por interesses estratégicos os bancos estão alongando esses prazos e encontram-se disponíveis no mercado linhas de capital de giro com prazos superiores a 24 meses.

Conta Garantida:

Caracteriza-se pela abertura de um crédito em conta-corrente, com um valor limite, pré-aprovado, movimentado de acordo com as necessidades diárias das empresas. É um crédito rotativo estabelecido pelo Banco para ser utilizado de acordo com a necessidade da empresa, oferecendo a possibilidade de amortização do capital em qualquer dia útil do mês. (BB, 2012).

Segundo Fortuna (1996), o funcionamento e as características da conta garantida são:

o banco abre uma conta de crédito com um valor limite que normalmente é movimentada diretamente pelos cheques emitidos pelo cliente, desde que não haja saldo disponível na conta corrente de movimentação. À medida que, nessa última, existam valores disponíveis, estes são transferidos de volta, para cobrir o saldo devedor da conta garantida. Para o cliente, o produto garante uma liquidez imediata para suas emergências. (FORTUNA, 1996, p. 122).

Comparação Teórica entre as taxas dos Produtos:

Como visto, em relação ao prazo, a Conta Garantida é de curtíssimo prazo, o Desconto é de curto prazo e o Capital de Giro de médio e longo prazo. Assim, considerando-se a teoria de que o custo é proporcional ao tempo, os menores custos seriam os da Conta Garantida, Desconto e Capital de Giro, nessa ordem.

Em linha com essa teoria, Securato *et al* (2005) apresentaram a hierarquia de taxas dos produtos de captação de uma empresa, salientando que deveria ser entendida apenas como uma indicação, e encontrou o mesmo resultado teórico acima para os principais financiamentos bancários.

3 METODOLOGIA

A definição de pesquisa, segundo Lakatos & Marconi (1995), é a seguinte:

A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos. (LAKATOS & MARCONI, 1995, p. 43).

Na visão de Martins (2002, p. 35-39), o presente trabalho se enquadra sob a abordagem bibliográfica, exploratório e empírico.

Considera-se como abordagem bibliográfica por buscar conhecer os principais conceitos firmados nas contribuições científicas do referencial teórico sobre custo de capital e financiamentos. Ao mesmo tempo, apresenta-se como um trabalho exploratório por investigar as taxas de financiamentos dos principais produtos bancários praticadas pelas instituições financeiras para as micro e pequenas empresas. Por fim, considera-se empírico, por efetuar uma pesquisa de campo, embora simplória, entre as principais instituições financeiras existentes no Distrito Federal.

Na pesquisa de campo, foi aplicado um questionário (Apêndice 1), em diferentes instituições financeiras localizadas no Distrito Federal, em busca das taxas de financiamentos praticadas para o segmento de micro e pequenas empresas. Essas pesquisas foram realizadas diretamente com os gerentes dessas instituições e abordou as seguintes questões:

1ª. Questão: Quais as taxas mínimas e máximas anuais disponíveis para as micro e pequenas empresas?

Nesse questionamento foram colocadas as opções de três tipos de financiamentos que, intencionalmente, foram considerados mais comuns para o segmento de empresas objeto da pesquisa: Conta Garantida, Capital de Giro e Desconto de Duplicatas, além da opção Outro.

2ª. Questão: Quais os fatores que são considerados para a determinação da taxa por cliente?

Foram indicados no questionário os fatores Tamanho da Empresa, Liquidez da Empresa, Cadastro Atualizado e Outros

3ª. Questão: Existem requisitos específicos para as micro e pequenas empresas que estão iniciando as atividades? Quais?

Esse questionamento foi feito de forma aberta a fim de possibilitar que os gerentes das instituições financeiras pudessem listar os requisitos que considerassem mais importantes.

4ª. Questão: As taxas praticadas pelos Bancos são as mesmas para todas as regiões do Brasil? Sim ou não?

Se a resposta a esse questionamento fosse positiva, haveria outro questionamento.

5ª. Questão: Quais os fatores que determinam a diferença das taxas?

A pesquisa foi aplicada nas principais instituições financeiras localizadas no Distrito Federal que praticam esses três tipos de financiamentos. De forma intencional, foram selecionadas as seguintes instituições: Banco do Brasil (BB), Itaú Unibanco, Bradesco, Caixa Econômica Federal (CEF), Santander Real, HSBC Bank e Banco Regional de Brasília (BRB).

A Tabela 2 mostra que, embora a amostra a ser pesquisada tenha sido intencional, essas instituições financeiras respondem por aproximadamente 70% (setenta por cento) dos ativos totais do Sistema Financeiro no Brasil.

TABELA 2 – Participação dos bancos nos ativos totais

Bancos	Participação
BB	18,00%
Itaú Unibanco	16,00%
Bradesco	12,70%
CEF	9,60%
Santander Real	8,60%
HSBC	3,00%
BRB	0,16%
Subtotal	68,06%
Outros	31,94%
Total	100,00%

Fonte: Portal do Cooperativismo de Crédito
Elaboração do autor

Nos questionamentos aplicados, observa-se que a pesquisa foi focada nos seguintes tipos de financiamentos: Conta Garantida, Desconto de Duplicatas e Capital de Giro.

O trabalho será desenvolvido por meio de comparações entre as taxas praticadas por essas instituições financeiras e informadas ao Banco Central do Brasil, pelas taxas praticadas e informadas na pesquisa realizada junto aos gerentes dessas instituições e pelas taxas divulgadas como Meta Selic.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Análises das Taxas de juros sobre operações de crédito e *Spreads* bancários informadas pelas instituições financeiras e divulgadas pelo Bacen

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa junto ao sítio do Banco Central do Brasil com o objetivo de levantar as taxas praticadas pelas instituições financeiras, selecionadas na amostra, nos períodos de março de 2010, março de 2011 e março de 2012, para cada tipo de operação de financiamento definido como foco do presente artigo, conforme as Tabelas 3, 4 e 5. Ressalta-se o fato de que as taxas apresentadas equivalem à média ponderada em relação ao volume emprestado durante o período para cada tipo de financiamento. As tabelas apresentam, também, os *spreads* praticados pelas instituições financeiras em relação à meta da taxa Selic, calculada para cada período por meio da fórmula demonstrada na Equação 01.

TABELA 3 - Taxas praticadas para desconto de duplicatas

Bancos	Taxas			Spreads em relação a Taxa Selic		
	mar/10	mar/11	mar/12	mar/10	mar/11	mar/12
BB	29,69%	34,49%	31,91%	19,25%	20,35%	20,19%
BRB	55,55%	55,37%	59,73%	43,03%	39,03%	45,54%
CAIXA	33,23%	35,28%	33,23%	22,51%	21,05%	21,39%
BRADESCO	43,58%	50,93%	48,50%	32,02%	35,06%	35,31%
ITAÚ	48,16%	49,89%	41,92%	36,23%	34,13%	29,31%
SANTANDER	33,86%	40,92%	37,51%	23,09%	26,11%	25,29%
HSBC	34,02%	38,16%	34,49%	23,23%	23,63%	22,54%
Média	39,73%	43,58%	41,04%	28,48%	28,48%	28,51%

Fonte: Sítio do Banco Central do Brasil.

Elaboração: autor

A Tabela 3 apresenta as taxas praticadas e informadas pelas instituições financeiras, constantes da amostra, ao Banco Central do Brasil para a modalidade de financiamento Desconto de Duplicatas e os *spreads* calculados de acordo com a Equação 01 e comparados com a Taxa Selic. Ressaltam-se os maiores *spreads* no período de março de 2012 foram praticados pelo BRB e Bradesco, com 45,54% e 35,31%, respectivamente, e o menor praticado pelo Banco do Brasil, com 20,19%.

TABELA 4 - Taxas praticadas para conta garantida

Bancos	Taxas			Spreads em relação a Taxa Selic		
	mar/10	mar/11	mar/12	mar/10	mar/11	mar/12
BB	76,13%	82,06%	96,93%	61,96%	62,92%	79,44%
BRB	42,24%	43,91%	35,75%	30,80%	28,78%	23,69%
CAIXA (1)	*	*	*	*	*	*
BRADESCO	50,58%	50,93%	55,37%	38,47%	35,06%	41,57%
ITAÚ	110,29%	137,65%	138,71%	93,37%	112,66%	117,50%
SANTANDER	80,61%	158,90%	157,47%	66,08%	131,68%	134,60%
HSBC	169,13%	175,44%	187,84%	147,47%	146,48%	162,27%
Média	88,16%	108,15%	112,01%	73,02%	86,26%	93,18%

Fonte: Sítio do Banco Central do Brasil. (1) Não disponível.

Elaboração: autor

A Tabela 4 apresenta as taxas praticadas e informadas pelas instituições financeiras, constantes da amostra, ao Banco Central do Brasil para a modalidade de financiamento Conta Garantida e os *spreads* calculados de acordo com a Equação 01 e comparados com a Taxa Selic. Nessa tabela, observa-se que os maiores *spreads* no período de março de 2012 foram praticados pelo HSBC 162,27% e o menor pelo BRB 23,69%.

TABELA 5 - Taxas praticadas para capital de giro

Bancos	Taxas			Spreads em relação a Taxa Selic		
	mar/10	mar/11	mar/12	mar/10	mar/11	mar/12
BB	23,14%	24,16%	23,00%	13,24%	11,11%	12,07%
BRB	37,35%	37,67%	36,71%	26,30%	23,20%	24,56%
CAIXA	19,42%	21,84%	23,43%	9,81%	9,03%	12,46%
BRADESCO	34,96%	32,46%	34,80%	24,10%	18,53%	22,82%
ITAÚ	35,12%	32,30%	25,78%	24,25%	18,39%	14,61%
SANTANDER	29,69%	30,45%	24,90%	19,25%	16,74%	13,80%
HSBC	30,45%	38,96%	25,34%	19,96%	24,35%	14,21%
Média	30,02%	31,12%	27,71%	19,56%	17,33%	16,36%

Fonte: Sítio do Banco Central do Brasil.

Elaboração: autor

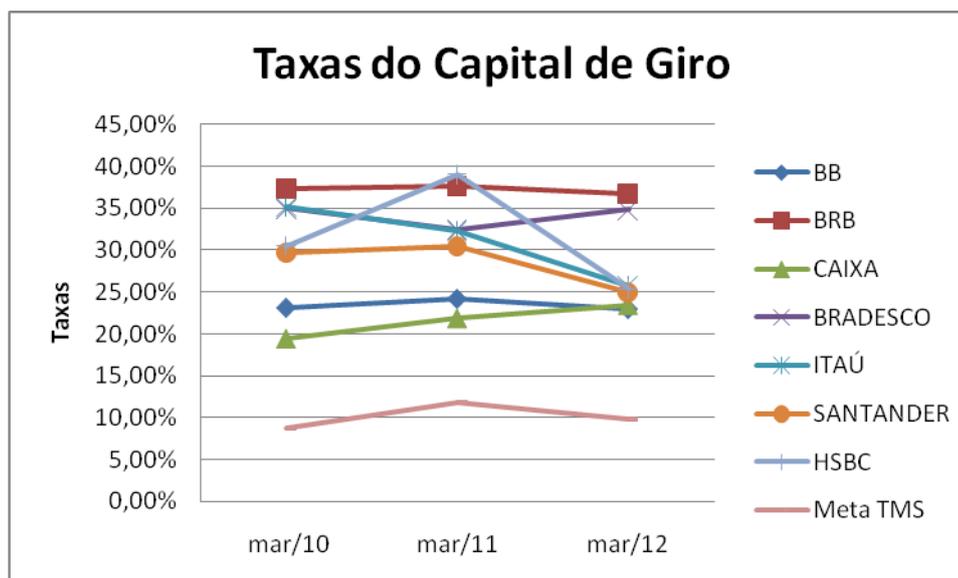
A Tabela 5 apresenta as taxas praticadas e informadas pelas instituições financeiras, constantes da amostra, ao Banco Central do Brasil para a modalidade de financiamento Capital de Giro e os *spreads* calculados de acordo com a Equação 01 e comparados com a Taxa Selic. Para essa modalidade de financiamento, nota-se que os patamares dos *spreads* são mais baixos do que os de

Conta Garantida e os de Desconto de Duplicatas, destacando-se, em março de 2012, o Banco do Brasil com o menor 12,07% e o BRB com o maior 24,56%.

Observa-se nas tabelas 3, 4 e 5 que, embora as instituições financeiras se guiarem pelos mesmos referenciais para cálculo das taxas, detecta-se uma amplitude muito variável nas taxas praticadas e nos *spreads*.

Como exemplo, o Gráfico 1 mostra as taxas médias praticadas pelas instituições financeiras para o financiamento de capital de giro e a taxa meta da Selic, evidenciando a distância entre elas. Os gráficos dos outros produtos possuem comportamentos semelhantes.

GRÁFICO 1 - Taxas médias do financiamento de capital de giro e a taxa meta Selic

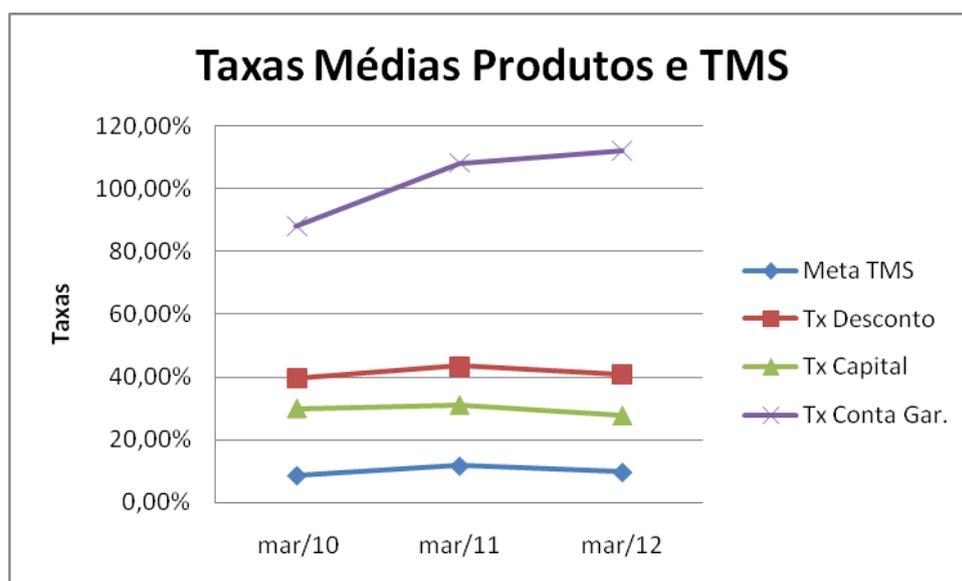


Pelo comportamento apresentado, observa-se que os *spreads* cobrados pelos bancos modificam tanto em decorrência do tempo quanto em decorrência dos instrumentos de financiamento, e essas mudanças decorrem de questões de mercado e, principalmente, das próprias estratégias de marketing de cada instituição, como por exemplo, a existência de campanhas específicas para potencializar ou fortalecer determinado produto em determinado segmento de cliente.

A fim de complementar a análise e perseguir uma melhoria no entendimento das diferenças nas taxas e nos *spreads* praticados pelas instituições financeiras, foram calculados os valores médios das taxas e *spreads* nos meses de março dos três últimos anos. O Gráfico 2 mostra o comportamento

da Selic e da média das taxas praticadas de cada produto. O *spread* de cada produto corresponde à diferença entre as linhas de cada taxa e a linha da TMS.

GRÁFICO 2 - Taxas médias dos financiamentos e a taxa meta Selic



Embora a comparação direta das taxas não seja a forma mais adequada para se medir o *spread*, por essas serem dependentes do custo financeiro apurado em cada momento, torna-se possível perceber uma menor distância entre a linha do Capital de Giro e a Taxa Meta Selic em relação aos demais produtos.

Assim, o comportamento da série será realizado também por meio dos *spreads*, pois são retornos efetivos acima da TMS. Constatou-se que o *spread* do Desconto de Duplicatas permaneceu praticamente constante no decorrer dos anos. Por outro lado, enquanto na Conta Garantida houve um aumento significativo, partindo de 73,02% a.a., em março de 2010, para 93,18% a.a., em março de 2012, no Capital de Giro houve uma diminuição de 19,56% a.a., em março de 2010, para 16,36% a.a., em março de 2012.

Confirma-se então que o tipo de financiamento bancário Capital de Giro se sobressai em relação aos outros, visto que além de ter a menor média de *spreads*, e em consequência da taxa final, em todos os anos, observa-se uma tendência declinante ao longo do tempo. Em contrapartida, a Conta Garantida, que sempre teve os maiores *spreads*, apresenta tendência de alta.

Esse resultado vai de encontro com a teoria que prevê taxas superiores para maiores prazos que, além do risco e do tipo de garantia apresentada, Assaf Neto e Silva (1997) apresentam a seguinte explicação:

Essa característica conflitiva, deve-se, em grande parte, ao subsídio dispensado ao crédito a longo prazo no Brasil, como forma escolhida de incentivar determinados investimentos e suprir a carência de poupança a longo prazo na Economia. (ASSAF NETO e SILVA, 1997, p.42).

Assim, conclui-se que as empresas deverão priorizar o uso de Capital de Giro e Desconto de Duplicatas, nessa ordem, e evitar o uso da Conta Garantida por ter um custo muito alto, o que é melhor para as empresas, pois os recursos mais baratos são os de prazo mais longos, o que dá maior estabilidade às empresas e uma menor pressão nos seus fluxos de caixa.

4.2 Análises das taxas de financiamento pesquisadas e praticadas pelas instituições financeiras localizadas no Distrito Federal para as micro e pequenas empresas

As taxas de financiamento foram coletadas por meio de questionário aplicado aos gerentes de pessoas jurídicas das sete principais instituições financeiras localizadas no Distrito Federal. A pesquisa foi realizada na primeira quinzena do mês de abril e os resultados encontrados são apresentados de acordo com a respectiva questão.

1ª. Questão: Quais as taxas mínimas e máximas anuais disponíveis para as micro e pequenas empresas?

Nesse questionamento foram colocadas as opções de três tipos de financiamentos que, intencionalmente, foram considerados mais comuns para o segmento de empresas objeto da pesquisa: Conta Garantida, Capital de Giro e Desconto de Duplicatas, além da opção Outro.

Foram demandadas quais as taxas mínimas e máximas anuais disponíveis para as micro e pequenas empresas. As tabelas 6 e 7 mostram os resultados da pesquisa.

Dos resultados consolidados na Tabela 6, extrai-se o fato de que a Caixa Econômica Federal pratica as menores taxas anuais nos três tipos de financiamentos bancários selecionados enquanto o HSBC pratica a maior taxa mínima para os tipos de financiamentos Conta Garantida (34,49%a.a.) e Capital de Giro (37,67%a.a.) e o BRB pratica a maior taxa mínima para Desconto de Duplicatas (39,29%a.a.).



TABELA 6 – Taxas mínimas cobradas pelas instituições financeiras

Bancos	Taxa Mínima a.a		
	Conta Garantida	Capital de Giro	Desconto de Duplicata
BB	31,37%	12,15%	17,46%
BRB	29,84%	28,32%	39,29%
CAIXA	18,36%	11,94%	14,52%
BRADESCO	31,37%	18,16%	27,57%
ITAÚ (1)	-x-	24,60%	23,43%
SANTANDER	34,49%	34,49%	19,56%
HSBC	34,49%	37,67%	34,49%
Média	29,99%	23,90%	25,19%

(1) Não Disponível

Elaboração: autor

Ao analisar a Tabela 7, destacam-se as menores taxas máximas praticadas pelo HSBC para o tipo de financiamento bancário Conta Garantida (42,58%a.a.), pelo BRB para Capital de Giro (45,09%a.a.) e pela Caixa Econômica Federal para Desconto de Duplicatas (24,00%a.a.). Por outro lado, as maiores taxas máximas são praticadas pelo Bradesco para Conta Garantida (108,16%a.a.), pelo Itaú para Capital de Giro (89,26%) e pelo BRB para Desconto de Duplicatas (92,95%).

TABELA 7 - Taxas máximas cobradas pelas instituições financeiras

Bancos	Taxa Máxima a.a		
	Conta Garantida	Capital de Giro	Desconto de Duplicata
BB	51,11%	56,45%	37,67%
BRB	100,54%	45,09%	92,95%
CAIXA	54,96%	48,12%	24,00%
BRADESCO	108,16%	59,18%	50,23%
ITAÚ (1)	-x-	89,26%	89,26%
SANTANDER	51,11%	51,11%	51,11%
HSBC	42,58%	56,45%	56,45%
Média	68,07%	57,95%	57,38%

(1) Não Disponível.

Elaboração: autor

Observa-se que não é possível comparar os resultados aqui apresentados com os divulgados pelo Bacen, visto que os divulgados por aquela Autoridade Monetária se referem a taxas médias

enquanto os coletados nas instituições se referem às taxas mínimas e máximas utilizadas por cada instituição. Como as taxas foram coletadas num mesmo período, elas podem ser comparadas diretamente entre si e com a meta da Taxa Selic.

Nesse sentido, a primeira análise feita refere-se às taxas médias praticadas pelas instituições financeiras para cada tipo de financiamento para as micro e pequenas empresas localizadas no Distrito Federal, conforme Tabela 8.

Como não se obteve as taxas praticadas para cada tipo de cliente, de forma individualizada, optou-se por calcular a média entre as taxas mínimas e máximas. Dessa análise, verificou-se que para os três tipos de empréstimos Conta Garantida, Capital de Giro e Desconto de Duplicatas, a Caixa Econômica Federal pratica as menores taxas médias anuais (36,66%, 30,03% e 19,26%, respectivamente). Com relação às maiores taxas médias anuais, o Bradesco pratica a maior para Conta Garantida (69,77%), o Itaú para Capital de Giro (56,93%) e o BRB para Desconto de Duplicata (66,12%).

TABELA 8 - Taxas médias anuais praticadas pelas instituições financeiras

Bancos	Taxa Médias a.a.		
	Conta Garantida	Capital de Giro	Desconto de Duplicata
BB	41,24%	34,30%	27,57%
BRB	65,19%	36,71%	66,12%
CAIXA	36,66%	30,03%	19,26%
BRADESCO	69,77%	38,67%	38,90%
ITAÚ (1)	-x-	56,93%	56,35%
SANTANDER	42,80%	42,80%	35,34%
HSBC	38,54%	47,06%	45,47%
Média	49,03%	40,93%	41,29%

(1) Não disponível

Elaboração: autor

Como a pesquisa foi aplicada no mês de abril de 2012, foi feita a comparação do *spread* de cada tipo de financiamento com a taxa Meta Selic fixada para o mesmo período. Ao subtrair da taxa média anual praticada pelas instituições financeiras para cada tipo de financiamento observa-se que para uma taxa Selic de 9,00%a.a., o Bradesco pratica como *spreads* o percentual de 60,77%a.a. para Conta Garantida, o Itaú pratica 47,93%a.a. para Capital de Giro e o BRB pratica 57,12%a.a. para Desconto de Duplicatas. Essas três instituições financeiras são as que praticam os maiores *spreads* anuais, conforme Tabela 9. Ao mesmo tempo, observa-se que a Caixa Econômica Federal, dentre as

instituições financeiras pesquisadas, pratica as menores taxas de *spreads* para os três tipos de financiamentos bancários.

TABELA 9 - Taxas de *spreads* médios anuais praticados pelas instituições financeiras

Bancos	Spread Médio a.a.		
	Conta Garantida	Capital de Giro	Desconto de Duplicata
BB	32,24%	25,30%	18,57%
BRB	56,19%	27,71%	57,12%
CAIXA	27,66%	21,03%	10,26%
BRADESCO	60,77%	29,67%	29,90%
ITAÚ(1)	-x-	47,93%	47,35%
SANTANDER	33,80%	33,80%	26,34%
HSBC	29,54%	38,06%	36,47%
Média	40,03%	31,93%	32,29%

(1) Não disponível

Elaboração: autor

A Tabela 10 mostra a representatividade dos *spreads* médios anuais, em termos percentuais, em relação à Taxa Selic, a título de ilustração, observa-se que para o tipo de empréstimo bancário Conta Garantida o *spread* praticado pelo BRB representa 6,24 vezes o valor da Taxa Selic.

TABELA 10 - Representação% dos *spreads* médios anuais praticados pelas instituições financeiras em relação à Taxa Selic

Bancos	Representação %a.a.		
	Conta Garantida	Capital de Giro	Desconto de Duplicata
BB	358,22%	281,11%	206,28%
BRB	624,33%	307,83%	634,67%
CAIXA	307,33%	233,67%	114,00%
BRADESCO	675,17%	329,67%	332,22%
ITAÚ (1)	-x-	532,56%	526,06%
SANTANDER	375,56%	375,56%	292,61%
HSBC	328,17%	422,89%	405,22%
Média	444,78%	354,72%	358,72%

(1) Não disponível

Elaboração: autor

As diferenças de taxas entre os tipos de financiamento confirmam a conclusão de que o Capital de Giro é a alternativa de financiamento com a taxa média de juros e *spread* anuais mais baixas enquanto a Conta Garantida apresenta as mais altas.

Os dados foram coletados em um período em que o Governo iniciou uma campanha com o objetivo de aumentar a concorrência entre os bancos e forçar as instituições financeiras a reduzir seus *spreads*. Após a coleta e tabulação dos dados, houve reduções nas taxas de financiamento por parte dos bancos, principalmente os públicos e de economia mista, e nova redução na Meta da Taxa Selic, em 19 de abril de 2012, para 9% a.a. O presente trabalho não considera essas alterações.

As recentes modificações nas regras da poupança tornaram o ambiente favorável para uma continuidade da redução da Taxa Selic e outras medidas em estudo, como por exemplo, a criação do Cadastro Positivo, o que podem facilitar a redução das taxas de *spreads* por parte das instituições financeiras.

4.3 Outras variáveis analisadas na pesquisa

Ao considerar que as taxas de juros pesquisadas foram apenas nas instituições financeiras localizadas no Distrito Federal, que a amostra foi de apenas sete instituições, embora representem aproximadamente 70% do total dos ativos do setor, e que as respostas não foram estruturadas por tipo, tamanho e setor das micro e pequenas empresas, a fim de melhor entender e reforçar alguns conceitos e diretrizes sobre a prática dessas taxas de financiamentos bancários por parte das instituições bancárias, as respostas das demais questões elaboradas, conforme o Apêndice 1, merecem, ainda que de forma superficial, uma análise.

2ª. Questão: Quais os fatores que são considerados para a determinação da taxa por cliente?

Nessa questão foram indicados os fatores Tamanho, Liquidez da Empresa, Cadastro Atualizado e Outros.

Em relação ao tamanho da empresa, as instituições financeiras divergiram em suas opiniões. Numa escala de importância de 1 a 10, considerando 1 como menor relevância e 10 como maior relevância, a média obtida foi de 5,43, considerada como de média relevância.

No tocante à liquidez da empresa, a média foi de 9,14, sendo que 71% dos bancos consideraram como de grande relevância esse fator (10), enquanto 29% consideraram relevantes (7). Quanto ao cadastro atualizado, o comportamento das respostas dos gerentes pesquisados foi semelhante ao da liquidez.

Verifica-se que, por meio dos dados apresentados, os bancos consideram o cadastro e a liquidez da empresa como os fatores de maior relevância para as negociações. Além do tamanho, foram mencionados por algumas instituições o faturamento, a reciprocidade e as garantias oferecidas.

3ª. Questão: Existem requisitos específicos para as micro e pequenas empresas que estão iniciando as atividades? Quais?

As respostas a esse questionamento foram voltadas principalmente com relação à experiência das empresas. A preocupação maior é com o tempo de existência e credibilidade da empresa no mercado. Ao emprestarem para uma empresa nova no mercado, elas buscam verificar se a empresa tem credibilidade, se já possuem um tempo mínimo de duração e atividade, considerado como existência mínima o prazo de um ano. Acrescenta ainda como fator importante, o valor do faturamento.

4ª. Questão: As taxas praticadas pelos Bancos são as mesmas para todas as regiões do Brasil? Sim ou não?

Na questão número 4 do formulário, foi perguntado aos bancos se as taxas aplicadas seriam as mesmas para todas as regiões do Brasil e todos responderam afirmativamente, ressaltando a existência de apenas algumas linhas de crédito diferentes por região, em função dos incentivos fiscais concedidos em decorrência dos recursos provenientes dos fundos constitucionais de desenvolvimento, como FNE no Nordeste, FNO no Norte e FCO no Centro-Oeste.

Como todas as respostas foram positivas, a 5ª. questão ficou prejudicada.

5ª. Questão: Quais os fatores que determinam a diferença das taxas?

5 CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo analisar as taxas dos financiamentos bancários para as micro e pequenas empresas praticadas pelas instituições financeiras no Distrito Federal com o intuito de auxiliar essas empresas na escolha da melhor linha de crédito e instituição financeira para captar os recursos necessários para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas atividades.

Dentre os produtos analisados, o financiamento Capital de Giro apresentou as menores taxas de juros e *spreads* anuais e a Conta Garantida as maiores. A pesquisa mostrou que existe uma grande

variação tanto das taxas de juros como dos *spreads* anuais praticados pelas instituições financeiras pesquisadas.

Dessa análise, verificou-se que para os três tipos de empréstimos Conta Garantida, Capital de Giro e Desconto de Duplicatas, a Caixa Econômica Federal pratica as menores taxas médias anuais (36,66%, 30,03% e 19,26%, respectivamente). Por outro lado, as maiores taxas médias anuais são praticadas pelo Bradesco para Conta Garantida (69,77%), pelo Itaú para Capital de Giro (56,93%) e pelo BRB para Desconto de Duplicata (66,12%).

Com relação às taxas anuais de *spreads*, o Bradesco pratica o percentual de 60,77%a.a. para Conta Garantida, o Itaú pratica 47,93%a.a. para Capital de Giro e o BRB pratica 57,12%a.a. para Desconto de Duplicatas. Essas três instituições financeiras são as que praticam as maiores taxas de *spreads* anuais. Por outro lado, constatou-se que a Caixa Econômica Federal, dentre as instituições financeiras pesquisadas, pratica as menores taxas de *spreads* anuais para os três tipos de financiamentos bancários.

Ao analisar o *spread* praticado pelas instituições financeiras em relação à Taxa Meta Selic (TMS), que foi fixada em 9% para o período de abril de 2012, observou-se que para o tipo de empréstimo bancário Conta Garantida o *spread* praticado pelo BRB representa 6,24 vezes a TMS enquanto o da Caixa Econômica Federal representa 3,07 vezes; para Capital de Giro, o *spread* praticado pelo Banco Itaú representa 5,32 vezes a TMS enquanto o da Caixa Econômica Federal representa 2,33 vezes e, para Desconto de Duplicatas, o *spread* praticado pelo BRB representa 6,34 vezes a TMS enquanto o praticado pela Caixa Econômica Federal representa apenas 1,14 vezes.

Além das taxas pesquisadas, o trabalho mostrou outros principais fatores que os bancos levam em consideração no momento da negociação. Para que a empresa consiga taxas de juros menores, ela deve possuir credibilidade, existência de funcionamento, em média acima de um ano, mostrar consistência de valor de faturamento, ter o seu cadastro sempre atualizado e possuir liquidez nas suas operações.

Os respondentes informaram que as taxas praticadas pelas instituições financeiras instaladas no Distrito Federal para as micro e pequenas empresas são as mesmas para todas as regiões do Brasil, com exceção de alguns tipos de operações com recursos provenientes dos fundos constitucionais de desenvolvimento.

O Governo, como principal regulador e direcionador do Sistema Financeiro Nacional, vem adotando uma política de incentivo e, até certo ponto de forma coercitiva, para que as instituições financeiras reduzam as suas taxas de juros e *spreads* com o intuito de incentivar o mercado de crédito e, conseqüentemente, o aumento da produção, do consumo e da atividade econômica como um todo. Ao mesmo tempo, ele está desenvolvendo esforços para a continuidade da redução da Taxa Selic, que atualmente se encontra no patamar de 9% a.a., com tendência de queda até o fim de 2012.

Para pesquisas futuras sugere-se aplicar a mesma pesquisa, de uma forma mais ampla e detalhada, no final do ano de 2012, para verificar se os objetivos do Governo de redução dos juros e *spreads* bancários estão sendo alcançados; verificar, de forma detalhada e robusta, os motivos das taxas de longo prazo no Brasil serem inferiores às de curto prazo e, se possível, ampliar os tipos de financiamentos bancários, extratificando-os por tamanho e setores das empresas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA. **Custo Financiamento, 2009**. Disponível em: <<http://agendalegislativa.cni.org.br/portal/main.jsp?lumChannelId=8A901CE42034D3AF01204927F4D10773>>, Acesso em: 19 mar. 2012.

ASSAF NETO, ALEXANDRE. **Estrutura e análise de balanços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____; SILVA, CÉSAR. **Administração do capital de giro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Taxas de operações de crédito 2012**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?txcredmes>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

_____. **Histórico das taxas de juros, 2012**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em: 30/ mar. 2012.

_____. **Taxa de juros de operações de crédito, 2012**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/fis/taxas/htms/tx011040.asp>>. Acesso em: 30/ mar. 2012.

_____. **Conta garantida BB, 2012**. Disponível em: <http://www.bb.com.br/portalbb/page100,106,5712,10,1,1,2.bb?codigoNoticia=3081&codigoMenu=102&codigoRet=3548&bread=1_2_2>. Acesso em: 30 abr. 2012.

BRASIL. Lei Geral, 2012, **A micro e pequena empresa**, disponível em: <<http://pequenasempresason.com.br/a-micro-e-pequena-empresa>>, acesso em 07/04/2012

FORTUNA, EDUARDO. **Mercado financeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

GARCIA, IZNER HANNA. **Ilegalidades nos contratos bancários**. Editora Aide, 2000.

GITMAN, LAWRENCE J. **Administração financeira uma abordagem Gerencial**, Editora Pearson, 2003.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

MARTINS, GIBERTO DE ANDRADE. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NOGUEIRA, NUNO. **Três formas de obter financiamento sem passar pela banca, 2012**. Disponível em: <<http://www.portal-gestao.com/gestao/item/1765-tr%C3%AAs-formas-de-obter-financiamento-sem-passar-pela-banca.html>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. **A concentração do mercado financeiro, 2011**. Disponível em: <<http://www.cooperativismodecredito.com.br/MaioresBancosdoBrasil.html>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

PORTAL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL. **DF regulamenta Lei geral da micro e pequena empresa, 2011**. Disponível em: <<http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/?p=1039>>. Acesso em 10/04/2012.

INFO Escola Navegando e Aprendendo. **Spread bancário e sua influência na sociedade contemporânea, 2010**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/economia/spread-bancario>>. Acesso em: 21 maio 2012.

REVISTA VEJA. 2009, **Quatro em cada dez novas empresas fecham as portas após dois anos, diz IBGE**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/quatro-em-cada-10-novas-empresas-saem-do-mercado-apos-dois-anos-diz-ibge>>. Acesso em: 28 maio 2012.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SECURATO, JOSÉ *et al.* **Cálculo Financeiro das tesourarias: bancos e empresas**. 3. ed. São Paulo: Saint Paul, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

APENDICE 1 – QUESTIONÁRIO APLICADO

Prezado Senhor,

Estamos realizando uma pesquisa para fins acadêmicos sobre o comportamento do custo de financiamento das micro e pequenas empresas do Distrito Federal.

Banco:

Agência:

Pesquisado:	Função:
--------------------	----------------

Taxas de Financiamentos/Empréstimos para Micro e Pequenas empresas:

1. Quais as taxas mínimas e máximas anuais disponíveis para micro e pequenas empresas?

TIPO DE FINANCIAMENTOS	Taxas a.a	
	Mínima	Máxima
Conta Garantida		
Capital de Giro		
Desconto de Duplicatas		
Outro: _____		

2. Quais os fatores que são considerados para a determinação da taxa por cliente?

Fatores/Grau de importância	10	7	5	3	1
1. Tamanho da empresa					
2. Liquidez da empresa					
3. Cadastro atualizado					
4. Outros: _____					

3. Existem requisitos específicos para as micro e pequenas empresas que estão iniciando as atividades? Quais?

- a. _____
 b. _____
 c. _____

4. As taxas praticadas pelo Banco são as mesmas para todas as regiões do Brasil?

() Sim () Não.

5. Se a resposta da questão 4 for Não, quais os fatores que determinam a diferença de taxas?

- a. _____
 b. _____
 c. _____

Obrigado